

AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021

PARECER ATUARIAL

GEABE

Plano JusMP-Prev
CNPB 2013.0017-38

1. Introdução

Conforme determinado pelos normativos, no mínimo uma vez ao ano deve ser realizado um estudo para avaliação dos compromissos do Plano de Benefício, tal estudo técnico é denominado de Avaliação Atuarial, desenvolvido pelo atuário, baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

O presente Parecer Atuarial refere-se à Avaliação Atuarial de encerramento do **exercício de 2021**, do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público (JusMP-Prev), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) e patrocinado pelos órgãos do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

O Plano de Benefícios JusMP-Prev está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme disposto na Resolução CNPC 41/2021 e na Instrução Previc 41/2021.

Na qualidade de atuário responsável pelo Plano JusMP-Prev, a Avaliação Atuarial considerou os seguintes normativos: Lei Complementar 108/2001 e 109/2001, bem como a Resolução CNPC 30/2018, que teve por objetivo a apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano JusMP-Prev e a determinação do Plano de Custeio Anual, com início de vigência a partir de **1º de abril de 2022**, para a preservação da solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios.

A Avaliação Atuarial de encerramento do **exercício de 2021**, considerou os dados cadastrais, informações contábeis e patrimoniais posicionadas em **31/12/2021**, o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial vigentes, as premissas e hipóteses atuariais aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, e com a devida manifestação do Conselho Fiscal e dos Patrocinadores.

Cumpra esclarecer que há um único grupo de custeio, sendo denominado como "1 - GERAL", o qual contempla a totalidade da massa de participantes do Plano JusMP-Prev.

Conforme disposto no art. 80 do Decreto 4942/2003, consideramos a inexistência de qualquer fato que venha comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano.

2. Características do Plano de Benefícios

As características dos benefícios disponíveis pelo Plano JusMP-Prev estão detalhadas na Tabela 1:

Tabela 1: Dos benefícios oferecidos pelo Plano.

BENEFÍCIOS	TIPO DE BENEFÍCIO	MODALIDADE DO BENEFÍCIO	NÍVEL BÁSICO
Aposentadoria normal	Programado	Contribuição Definida	Renda por prazo certo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência

BENEFÍCIOS	TIPO DE BENEFÍCIO	MODALIDADE DO BENEFÍCIO	NÍVEL BÁSICO
			do participante apurada, na data de sua concessão.
Aporte extraordinário	Programado	Benefício Definido	Valor apurado na data de concessão do benefício de aposentadoria normal pela aplicação da fórmula: $RAN \times \left(\frac{35}{TC} - 1 \right)$, destinado ao participante que esteja contemplado nos incisos III e IV do § 2º do art. 17 da Lei 12618/2012.
Benefício proporcional diferido	Programado	Contribuição Definida	Renda por prazo certo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência do participante apurada, na data de sua concessão.
Aposentadoria por invalidez	Não programado	Benefício Definido/ Contribuição Definida	Renda por prazo certo, em meses, correspondente à expectativa de sobrevivência do participante apurada, na data de concessão, sendo garantido um benefício mínimo de 5% da Remuneração de participação.
Pensão por morte do participante ativo	Não programado	Benefício Definido/ Contribuição Definida	Renda por prazo certo, em meses, correspondente ao maior tempo apurado para o pagamento do benefício dentre os beneficiários apurado, na data de concessão, sendo garantido um benefício mínimo de 5% da Remuneração de participação.
Pensão por morte do participante assistido	Não programado	Contribuição Definida	Renda por prazo certo, sendo 70% da última prestação mensal paga ao participante quando de sua morte.
Sobrevivência do assistido	Não programado	Benefício Definido	Renda mensal vitalícia, com valor inicial a 70% da última prestação mensal do benefício.
Suplementar	Programado/ Não programado	Contribuição Definida	Renda por prazo certo, em meses, pelo prazo definido pelo participante ou prazo remanescente ao beneficiário.

Fonte: Geabe.

3. Adequações dos Métodos de Financiamento

Os regimes financeiros e os métodos de financiamento têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação das reservas para garantia dos benefícios previsto pelo Plano e a determinação do plano de custeio anual.

No financiamento de todos os benefícios do Plano utiliza-se o regime financeiro de capitalização, adotando-se o método de financiamento financeiro (capitalização individual) na avaliação dos benefícios programados e de risco previstos no Plano, exceto o benefício por sobrevivência do assistido e dos aportes extraordinários sendo que para estes a avaliação é pelo método agregado. Os referidos métodos são adequados e devem continuar sendo adotados para o financiamento dos benefícios do Plano, à luz da legislação previdenciária vigente.

Tabela 2: Do regime financeiro e método de financiamento.

BENEFÍCIOS	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Aposentadoria normal	Capitalização	Financeira

BENEFÍCIOS	REGIME FINANCEIRO	MÉTODO DE FINANCIAMENTO
Aporte extraordinário	Capitalização	Agregado
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Financeira
Aposentadoria por invalidez ⁽¹⁾	Capitalização	Financeira/ Agregado
Pensão por morte do participante ativo ⁽¹⁾	Capitalização	Financeira/ Agregado
Pensão por morte do participante assistido	Capitalização	Financeira
Sobrevivência do assistido	Capitalização	Agregado
Suplementar	Capitalização	Financeira

(1) Para a concessão do benefício mínimo considera o método de financiamento agregado.

Fonte: Geabe.

Por se tratar de um Plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, as hipóteses e premissas atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do Plano de benefícios, mas sim para o cálculo das rendas mensais, por equivalência financeira, sendo os benefícios permanentemente ajustados ao saldo de conta mantido em favor dos participantes, com exceção do benefício por sobrevivência do assistido que o reajuste é atrelado ao índice do Plano.

As premissas atuariais e hipóteses adotadas na Avaliação Atuarial, descritas na Tabela 3, foram formuladas com base no estudo técnico onde avaliou sua aderência no longo prazo, com a indicação do atuário, aprovação da Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e manifestação do Conselho Fiscal.

Tabela 3: Das premissas e hipóteses atuariais.

PREMISSAS	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021
Tabua de Mortalidade Geral	RP-2000 Geracional M&F	RP-2000 Geracional M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-83 Male	AT-83 Male
Tábua de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas (D20%)
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Crescimento Salarial	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Composição familiar	- Família Real para os Assistidos. - Família Padrão para os Ativos (90% de casados e cônjuge feminino 3 anos mais jovem.	- Família Real para os Assistidos. - Família Padrão para os Ativos (90% de casados e cônjuge feminino 3 anos mais jovem.
Taxa de Juros	4,15% a.a.	4,15% a.a.
Fator de Capacidade	98,55%	98,66%

Fonte: Geabe.

Cumprido esclarecer que no curto prazo as premissas atuariais utilizadas podem sofrer oscilações estatísticas, contudo, com o objetivo de mitigar o risco atuarial da inadequação de alguma premissa, exclusivamente em relação ao Fundo de Cobertura de Benefícios

Extraordinários (FCBE), é realizado o acompanhamento anual por meio de estudos técnicos avaliando a adequação e a convergência das hipóteses atuariais.

4. Da Base Cadastral

O cadastro dos participantes foi extraído do sistema previdenciário, posicionado em 31/12/2021. Após os testes de consistência e as devidas retificações os dados foram considerados válidos e suficientes para a avaliação atuarial.

Os resultados gerados pelos testes de consistência aplicados ao cadastro de participantes encontram-se descritos em relatório específico da Gerência de Atuária e Benefícios (Geabe), as possíveis inconsistências foram ajustadas em conjunto com a Gerência de Arrecadação e Cadastro (Gearc) e quando não sanadas, foi considerada como parâmetro a média para a complementação das informações cadastrais.

Tabela 4: Estatísticas descritivas.

QUANTIDADE DE PARTICIPANTES		
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021
Patrocinado	20.274	22.098
Vinculado	375	450
Autopatrocinado	19	20
BPD	48	69
No prazo de opção dos institutos	30	19
Assistidos	5	10
Total	20.691	22.666

Fonte: Geabe.

IDADE MÉDIA (EM ANOS)		
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021
Patrocinado	37,7	38,7
Vinculado	47,2	47,8
Autopatrocinado	38,9	40,6
BPD	33,4	34,3
No prazo de opção dos institutos	35,8	33,3
Assistidos	44,7	43,8
Total	38,0	38,9

Fonte: Geabe.

TEMPO MÉDIO DE PLANO (EM MESES)		
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021
Patrocinado	36	43
Vinculado	34	38
Autopatrocinado	47	60
BPD	47	56
No prazo de opção dos institutos	42	42
Assistidos	31	40
Total	36	43

Fonte: Geabe.

TEMPO MÉDIO ATÉ A APOSENTADORIA (EM MESES)		
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021
Patrocinado	263	265
Vinculado	155	159
Autopatrocinado	283	241
BPD	325	323
No prazo de opção dos institutos	295	340
Total	262	263

Fonte: Geabe.

REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO *				
		AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020 (I)	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021 (II)	VARIAÇÃO [(II)/(I)]-1
Patrocinado	Média	9.394,72	9.068,44	-3,5%
	Soma	190.092.688,69	200.276.449,72	5,4%
Vinculado	Média	1.446,10	1.687,07	16,7%
	Soma	542.287,19	759.180,12	40,0%
Autopatrocinado	Média	2.725,45	3.506,04	28,6%
	Soma	51.783,55	70.120,73	35,4%
BPD	Média	5.185,13	5.685,96	9,7%
	Soma	254.071,32	392.331,37	54,4%
Assistido	Média	507,81	612,79	20,7%
	Soma	2.539,06	6.127,88	141,3%

(*) Parte do salário que excede ao teto do RGPS, com exceção para o assistido que trata do valor do benefício pago.

Fonte: Geabe.

DURAÇÃO DO PASSIVO (EM ANOS)		
	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021
Duração do Passivo	52,11	48,04

Fonte: Geabe, apurado pelo Sistema VENTURO.

5. Evolução do Custeio

O Plano JusMP-Prev possui somente um grupo de custeio, sendo seus benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida (CD) e seu custo calculado atuarialmente apenas em relação aos aportes destinados ao FCBE, o qual corresponde a um percentual da contribuição normal vertida pelos Participantes Patrocinados e Patrocinadores.

A contribuição normal média total, apurada considerando as contribuições dos participantes e a paridade do patrocinador, com as informações cadastrais em **31/12/2021** foi de 15,93%, da folha da remuneração de participação, já descontado da taxa de carregamento.

Comparativamente à Avaliação Atuarial de 2020 que a contribuição normal média total foi mensurada em 15,85%, houve um aumento da contribuição normal média total, motivado pela diminuição da taxa de carregamento que fez com que a contribuição destinada ao saldo de conta fosse maior, pois se avaliarmos não houve alterações significativas na massa de participantes.

O custo apurado destinado à formação do FCBE na avaliação atuarial de **2021**, foi apurado em 13,44%. Desta forma, descontada a taxa de carregamento de 4,50% e o FCBE de 13,44%, o percentual destinado à conta de Reserva Acumulada Normal (RAN) é de 82,06%.

O Plano de Custeio proposto deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação antes de sua aplicação, conforme normas vigentes.

Tabela 5: Custo segregado por tipo de benefício.

PARTICIPANTE PATROCINADO	PATROCINADOR	PARTICIPANTE	TOTAL	%
Contribuição Normal¹	8,50%	8,50%	17,00%	100,00%
Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários - FCBE	1,1425%	1,1425%	2,285%	13,44%
o Aporte Extraordinário de Aposentadoria Normal	0,181%	0,181%	0,362%	2,13%
o Aposentadoria por Invalidez	0,001%	0,001%	0,002%	0,01%
o Pensão por Morte de Participante Ativo e Assistido	0,0025%	0,0025%	0,005%	0,03%
o Renda por Sobrevivência do Assistido	0,936%	0,936%	1,872%	11,01%
o Oscilação de Riscos ²	0,022%	0,022%	0,044%	0,26%
Taxa de Carregamento³	0,3825%	0,3825%	0,765%	4,50%
Reserva Acumulada Normal - RAN	6,975%	6,975%	13,95%	82,06%

(1) Considera-se o percentual máximo de contribuição normal do Patrocinador.

(2) Margem de segurança adotada de 2%.

(3) Incidente sobre a contribuição normal.

Cabe esclarecer que os custos do FCBE são influenciados por fatores demográficos, biométricos, econômicos e financeiro, configurando variáveis diversas e de reduzido controle do atuário ou da Entidade.

6. Variação das Provisões Matemáticas

A variação das Provisões Matemáticas entre a Avaliação Atuarial de 2020 e a Avaliação Atuarial de 2021, decorre principalmente, dos valores vertidos de contribuição dos participantes, dos patrocinadores, dos valores portados e da rentabilidade dos investimentos, que ainda superam o movimento de saídas decorrentes dos processos de resgates, portabilidades e devoluções.

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos (PMBC), registradas no balanço de 31/12/2021, estão subdivididas em duas contas, uma estruturada na modalidade de contribuição definida, que se referem aos saldos individuais dos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, no montante de R\$ 553.030,55 e a outra parcela a conta coletiva, que se refere ao FCBE dos assistidos em percepção do benefício mínimo após o esgotamento do saldo individual, no montante de R\$ 1.187.261,68.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder (PMBaC), registradas no balanço de 31/12/2021, estão subdivididas em duas contas, uma estruturada na modalidade de contribuição definida, que se referem aos saldos individuais dos participantes e patrocinadores,

no montante de R\$ 1.430.157.886,87 e a outra parcela a conta coletiva, que se refere ao FCBE, no montante de R\$ 250.284.709,52.

Encontram-se na Tabela 6 os montantes de cada uma das contas, em reais, comparativamente com o exercício de 2020:

Tabela 6: Patrimônio de Cobertura, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais.

CONTAS	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2020 (I)	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2021 (II)	VARIAÇÃO [(II)/(I)]-1
Patrimônio de Cobertura	1.221.610.340,98	1.682.182.888,62	37,7%
Provisões Matemáticas	1.221.610.340,98	1.682.182.888,62	37,7%
Benefícios Concedidos	243.092,30	1.740.292,23	615,9%
Saldo de Conta Assistido	91.928,20	553.030,55	501,6%
Benefício Definido (FCBE)	151.164,10	1.187.261,68	685,4%
Benefícios a Conceder	1.221.367.248,68	1.680.442.596,39	37,6%
Saldo de Conta Patrocinadores	492.729.398,07	672.360.300,51	36,5%
Saldo de Conta Participantes	560.843.305,71	757.797.586,36	35,1%
Benefício Definido (FCBE)	167.794.544,90	250.284.709,52	49,2%
Fundos Previdenciais	0,00	0,00	-

Fonte: Geabe.

O Patrimônio Social possui o montante de R\$ 1.684.469.047,79, formado pelo Patrimônio de Cobertura e o Fundo Administrativo no montante de R\$ 2.286.159,17.

Importante destacar que a Funpresp-Jud iniciou, em novembro de 2019, a devolução de recursos à União, referente ao aporte inicial de R\$ 26,2 milhões recebidos para o início das atividades em 2013. A devolução atende as disposições dos termos de compromisso assinados entre a entidade e os patrocinadores.

7. Principais Riscos Atuariais

O Plano JusMP-Prev está estruturado na modalidade de contribuição definida para os benefícios programados e de risco. As hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações junto aos participantes, mas sim para o cálculo das rendas, por equivalência financeira.

As rendas pagas pelo Plano JusMP-Prev têm seu valor permanentemente ajustados ao saldo de conta mantido em nome do participante, considerando o resultado líquido dado pela aplicação dos recursos, contribuições recebidas e benefícios pagos com exceção do benefício por sobrevivência do assistido que o reajuste é atrelado ao índice do Plano.

Os recursos alocados no FCBE têm natureza coletiva e visam dar garantia aos benefícios de risco e para a apuração do custeio necessário. Sendo assim, o FCBE é a única parcela que pode trazer desequilíbrios atuariais, caso as hipóteses biométricas, demográficas, financeiras e econômicas não se confirmem no longo prazo, por essa razão, anualmente é realizada a reavaliação do custeio necessário.

8. Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Fundo de Recursos não Resgatados (FRR) é um fundo previdencial e constitui-se a partir de parcela de recursos não resgatados pelos participantes decorrentes do instituto do resgate, nas seguintes situações:

- i. Parcela da CPATR (conta do patrocinador) não contemplada no valor do resgate pago ao ex-participante;
- ii. Saldos remanescentes das contas individuais de participantes ou assistidos, no caso de inexistirem beneficiários ou herdeiros legais.

Os recursos existentes no FRR, por exigência regulamentar (§ 1º do art. 18 do Regulamento do Plano de Benefícios), são transferidos anualmente ao FCBE e serão considerados para fins da elaboração do plano de custeio anual.

Em função dos resgates pagos no exercício de 2021, foi constituído o FRR e revertido ao FCBE um montante de R\$ 593.662,64, na data-base de 31/12/2021.

9. Outros Fatos Relevantes

- i. Considerando a avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2021, os valores de ativos, exigíveis, patrimônio e fundos, foram aqueles extraídos do balancete contábil posicionados em 31/12/2021, não realizando qualquer avaliação acerca das informações fornecidas pelas respectivas áreas responsáveis, sendo os ativos contabilizados a valor de mercado, exceto no que tange ao FCBE que em face de sua característica estão com o estoque contabilizados na curva, sendo sua viabilidade verificada por meio de análise de fluxos de pagamentos de benefícios, conforme disposto na Resolução CNPC 43/2021.
- ii. No encerramento de 2021 conforme determina o regulamento do Plano foi revertido os valores apurados de Fundo Previdencial de Recursos não Resgatáveis (FRR) para o FCBE, no montante de R\$ 593.662,64.
- iii. O Fundo Administrativo encerrou o exercício de 2021 com a quantia de R\$ 2.286.159,17:
 - a. Foi iniciado, em novembro de 2019, a devolução de recursos à União, referente ao aporte inicial de R\$ 26,2 milhões recebidos para o início das atividades em 2013. A devolução respeita os termos de compromisso assinados entre a entidade e os patrocinadores.
- iv. As hipóteses e premissas atuariais são utilizadas para apuração das rendas mensais, por equivalência financeira, sendo os benefícios permanentemente ajustados ao saldo de conta mantido em favor dos participantes e para determinação do plano de custeio anual.

- v. A rentabilidade nominal apurada no Plano de Benefícios no encerramento do exercício de 2021 foi de 3,42%, sendo seu efeito distribuído nas contas individuais dos participantes e na conta coletiva, valorizando, portanto, a cota patrimonial. Considerando a inflação (IPCA) no período de 10,6%, o Plano obteve uma rentabilidade real de -6,04%.
- vi. No exercício de 2020 foi realizada a segregação real entre as parcelas referente as contas individuais, referente aos saldos da Reserva Acumulada Normal, Reserva Acumulada Suplementar e Saldo de Conta Individual de concessão de benefício, saldos estruturados na modalidade de contribuição definida de um lado e do outro os recursos referentes a Conta Coletiva, qual seja, FCBE (Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários) que dá cobertura os benefícios estruturados na modalidade de benefício definido.
 - a. Rentabilidade nominal da parte dos saldos de contas individuais: 1,86% a.a.
 - b. Rentabilidade nominal da Parte do FCBE: 13,26% a.a.
- vii. Em comparação com o exercício de 2020, foram alteradas as seguintes premissas: Tábua de Entrada em Invalidez da Álvaro Vindas para Álvaro Vindas (D20%) e Fator de Capacidade de 98,45% para 98,66%.

10. Plano de Custeio

O Plano de Custeio determinado na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2021 com vigência de 1º/4/2022 até 31/3/2023 é o seguinte:

Tabela 7: Plano de Custeio.

PLANO DE CUSTEIO	
Contribuição Normal	
• Patrocinados	De 6,5% a 8,5% ¹
• Vinculados	De 6,5% a 22,0% ¹
Contribuição Facultativa	Mínima de 2,50% ¹
Taxa de Carregamento (contribuição normal ou vinculada)	4,50%
Contribuição administrativa	0,38% ²
Taxa de Carregamento (contribuição facultativa)	0,00% ³
Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários	13,44% ⁴

(1) Percentual incidente sobre a Remuneração de Participação.

(2) Percentual incidente sobre a Remuneração de Participação do assistido ou remido.

(3) Aprovado pelo Conselho Deliberativo.

(4) Percentual incidente sobre a contribuição normal dos patrocinados.

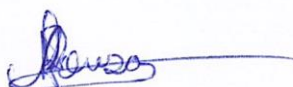
Com isso, para a vigência a partir de 1º/4/2022, das contribuições normais efetuadas pelos participantes patrocinados e a respectiva contrapartida patronal 82,06% para constituição da RAN, 13,44% para constituição do FCBE e 4,50% para o Custeio Administrativo.

11. Conclusão

Conclui-se que o Plano de Benefícios JusMP-Prev, administrado pela Funpresp-Jud, atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada, em 31 de dezembro de 2021, com a devida mensuração do plano de custeio dos benefícios oferecidos.

Este é o Parecer.

Brasília/DF, 22 de fevereiro de 2022.



Alexandre Rodrigues de Sousa

Gerente de Atuária e Benefícios

Atuário - MIBA 2.547